

Representações dicotomizadas dos povos originários em narrativas híbridas de história e ficção juvenis: um processo de leitura decolonial

Dichotomized representations of the native peoples through hybrid narratives of history and fiction in juvenile literature: a decolonial reading approach

Vilson Pruzak dos Santos¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel

Carla Cristiane Saldanha Fant²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel

Ricardo Muniz Conde³

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel

Resumo: Neste artigo, evidenciamos como ocorrem representações dicotomizadas dos povos originários em narrativas híbridas de história e ficção juvenis, destacando aquelas que consideramos movimentos estéticos literários decoloniais para a formação do leitor decolonial. Para isso, buscamos em Santos e Fleck (2025) os elementos característicos de tais narrativas híbridas, traços fundamentais para a análise e a compreensão do projeto escritural de cada autor(a). Seleccionamos duas obras para leitura e análise: *O gigante de botas* (1941), de Ofélia e Narbal Fontes; e *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999), de Angelo Machado. Essas duas obras juvenis foram escolhidas porque nelas se revela a dicotomia com que a arte literária tem representado a relação entre os colonizadores e os povos nativos. Além disso, buscamos fundamentação teórica nos conceitos elaborados por Genette (2017), para as análises dos relatos e em Fleck (2023; 2024; 2025), com vistas à formação do leitor decolonial. A leitura das obras revela que as narrativas híbridas de história e ficção juvenis brasileiras são vias potenciais para ampliar os horizontes de expectativas dos leitores em formação em relação ao nosso passado e, em especial, sobre os povos originários, possibilitando, com isso, a descolonização das mentes, dos imaginários e das identidades dos jovens leitores em formação.

Palavras-chave: Narrativas híbridas de história e ficção; Formação do leitor literário decolonial; povos nativos americanos.

Abstract: In this article, we highlight how dichotomized representations of indigenous peoples occur in hybrid narratives of history and fiction for young people, emphasizing those that we consider decolonial literary aesthetic movements for the formation of the decolonial reader. To this end, we sought in Santos and Fleck (2025) the characteristic elements of such hybrid

¹ Doutor em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: wilsonpruzaksantos@gmail.com.

² Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: ccsfant@gmail.com.

³ Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel-PR/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. E-mail: ricardo07letras@gmail.com

narratives, fundamental traits for the analysis and understanding of each author's writing project. We selected two works for reading and analysis: *O gigante de botas* (1941), by Ofélia and Narbal Fontes; and *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999), by Angelo Machado. These two works for young people were chosen because they reveal the dichotomy with which literary art has represented the relationship between colonizers and native peoples. Furthermore, we sought theoretical grounding in the concepts developed by Genette (2017) for the analysis of the narratives and in Fleck (2023; 2024; 2025) for the formation of the decolonial reader. Reading these works reveals that hybrid narratives of Brazilian youth history and fiction are potential avenues for broadening the horizons of expectations of developing readers regarding our past and, in particular, the indigenous peoples, thereby enabling the decolonization of the minds, imaginations, and identities of young readers in training.

Keywords: Hybrid narratives of history and fiction; Formation of the decolonial literary reader; Native American peoples.

Submetido em 25 de fevereiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

1 Introdução

No Brasil, a literatura, de modo geral, tem sido espaço de representações dicotômicas a respeito dos povos originários da América e suas relações com os colonizadores. Tal dicotomia entre a tradição colonialista e os projetos estéticos literários decoloniais tem se estabelecido tanto na literatura para adultos quanto naquela destinada a jovens leitores em formação. É a esta última situacionalidade que nos dedicamos a seguir, pois a vemos como fundamental no estabelecimento das primeiras imagens sobre o passado das nações originárias no imaginário dos jovens estudantes brasileiros na formação como leitores.

Nesse contexto, as obras híbridas de história e ficção infantis e juvenis, segundo cremos, podem ser recursos valiosos à formação do leitor literário decolonial. Tais obras promovem reflexões e estabelecem referências sobre o momento histórico revisitado na narrativa, mantendo o discurso historiográfico inalterado; ou ressignificado-o, possibilitando que o leitor conheça o passado apresentado por meio da ficção, que muitas vezes destaca nuances ou detalhes ausentes no discurso historiográfico tradicional. Como argumenta Fleck (2017, p. 19), portanto “a leitura crítica dessas escritas que combinam o histórico e o ficcional consiste, pois, na compreensão dessa sobreposição de diferentes visões do mesmo evento”.

Em nossa perspectiva, o leitor literário decolonial é aquele que rompe a linearidade textual para compreender ideais colonizadores interpostos à tessitura da obra. Contestar o passado histórico colonialista e questionar feitos dos colonizadores eurocentristas são ações fundamentais para consolidar um pensamento crítico decolonial, e para compreender como as estruturas sociais e a produção de saberes ainda reproduzem os valores instaurados pela colonização. Por isso, o árduo processo de aquisição e domínio da leitura pode, sob nossa concepção, ser suavizado quando nos pautamos em leituras de Literatura. Suas especificidades de linguagem, estrutura e sentido oferecem ao leitor em formação suporte necessário para que possa concordar, refutar, comparar e/ou contrastar informações. Desse modo, à sequência das ações, apresentamos a trajetória diacrônica das narrativas híbridas de História e ficção (Santos; Fleck, 2025) e as análises das narrativas infantis e juvenis de *O gigante de botas* (1941), de Ofélia e Narbal Fontes; e *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999), de Angelo Machado, nas quais se observam distintas perspectivas sobre as ações coloniais exercidas contra os povos autóctones.

2 As narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis e a formação do leitor literário decolonial: descolonizando mentes, imaginários e identidades

A teoria sobre as narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras foi, originalmente, instituída nas pesquisas de Santos e Fleck – seguindo a mesma dinâmica do estabelecimento da trajetória diacrônica do romance histórico, efetuada por Fleck, em 2017. Os resultados dos estudos feitos foram reunidos na obra *Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis no Brasil: ressignificações do passado – vias à formação do leitor literário decolonial* (2025)⁴. Em suas pesquisas, os autores estabeleceram uma trajetória diacrônica dessas narrativas no Brasil. Isso foi possível por meio da listagem, catalogação, sistematização e análise de 141 obras cujas tessituras propõem uma relação entre o discurso ficcional e o histórico. Esse procedimento, além de contribuir para com a organização e classificação das obras listadas, resultou, também, na compreensão de como se pode organizar essa produção – do mesmo modo como Fleck (2017) fez com os romances históricos – em grupos, fases e modalidades. Essa sistematização pode ser observada no quadro a seguir:

⁴ A obra está disponível para *download* gratuito no link: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/uma-trajetoria-das-narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-no-brasil-vias-a-formacao-leitora-decolonial/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

Quadro 1- Trajetória cronológica das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil brasileiras: grupos, fases e modalidades:

grupos, fases e modalidades.

2 GRUPOS DE NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO INFANTIS/JUVENIS		
1º grupo: Relatos híbridos infantis/juvenis acríticos	2º grupo: Relatos híbridos infantis/juvenis críticos	
Trata-se de uma produção mínima (três obras) na fase inaugural que, nas décadas de 1940 e 1950, instaurou essa corrente híbrida no universo literário infantil e juvenil no Brasil ao recriar, apologeticamente, as ações dos bandeirantes na conquista do território pertencente aos povos originários do Brasil. Essas obras, contudo, tiveram maior projeção em sua reedição, em 1973, na Coleção Vaga-lume. Essa parca produção inaugural infantil e juvenil acrítica de narrativas híbridas de história e ficção coincide com a tradição brasileira do cultivo da modalidade tradicional do romance histórico, em voga desde o romantismo aos nossos dias. Contudo, ela difere, cronologicamente, dos movimentos de renovação da nova narrativa latino-americana (1940) no contexto da América hispânica, que, a essa época, começa a implementação da produção de obras críticas/desconstrucionistas. Tais produções acríticas de narrativas híbridas infantis e juvenis, mesmo em menor escala que as que buscam ressignificar o passado, acompanham a trajetória do gênero desde sua instauração até nossos dias.	Compreende um conjunto significativo de narrativas híbridas de história e ficção destinadas a um público leitor bastante jovem, que vem sendo produzido desde a década de 1950 (fase de transição) até nossos dias (fase de consolidação). Nelas, é possível reconhecer as prerrogativas e características que compõem o conjunto dos romances históricos críticos, em especial os contemporâneos de mediação (Fleck, 2017), destinados ao público adulto. Essa modalidade de romance histórico foi implementada, com vigor, no pós- <i>boom</i> (década de 1980, na América Hispânica, e 1990, no Brasil). Essa produção crítica no âmbito infantil e juvenil coincide, cronologicamente, com a implementação da terceira fase do romance histórico. Isso estabelece, também, o diálogo do romance histórico mediador com as narrativas híbridas críticas/mediadoras infantis e juvenis brasileiras, cuja expressividade ocorre, igualmente, na década de 1980. A consolidação dessa vertente infantil e juvenil crítica/mediadora dá-se a partir do ano de 2000, sendo sua produção, no século XXI, recorrente, expressiva e sobressalente frente à tradicional, exaltadora do passado e das expressões mais críticas, com tendência à desconstrução.	
3 FASES DAS NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO INFANTIS/JUVENIS		
1ª fase: Instauração acrítica do gênero e sua transição à criticidade (1940-1969)	2ª fase: Implementação de escritas críticas/mediadoras (1980-1999)	3ª fase: Consolidação das escritas críticas mediadoras e ampliação das produções com tendência ao desconstrucionismo (2000-até nossos dias)
3 MODALIDADES DE NARRATIVAS HÍBRIDAS DE HISTÓRIA E FICÇÃO INFANTIS/JUVENIS BRASILEIRAS		
1 - Narrativas híbridas tradicionais Compreende um conjunto de produções que renarrativiza o passado com o intuito de	2 - Narrativas híbridas críticas/mediadoras Abrange um conjunto de obras que, ao reler o passado, busca questionar aspectos consignados na escrita	3 - Narrativas híbridas críticas com tendência à desconstrução Conjunto de narrativas infantis e juvenis do final

corroborar a versão da historiografia tradicional, edificar e erigir imagens de heróis, exaltar ações de colonizadores e “conquistadores” na posse da terra e subjugação dos povos originários ou, mais recentemente, fazer de homens do passado e suas ações, modelos ao leitor do presente. Tais produções infantis e juvenis seguem, em grande parte, os padrões consagrados na escrita da modalidade tradicional do romance histórico para leitores adultos no cenário latino-americano, cujo objetivo é ensinar, por via da arte literária, a versão hegemônica da história tradicional ao leitor.	historiográfica tradicional em relação à ação dos colonizadores, “conquistadores”, ou mesmo de sujeitos exaltados e mitificados no discurso historiográfico hegemônico, por meio do emprego de perspectivas negligenciadas, menosprezadas ou, mesmo, silenciadas no processo de registro dos eventos do passado. Essas narrativas aproximam-se das peculiaridades que compõem a modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação na produção híbrida destinada ao público adulto. Sua implementação dá-se de modo concomitante no cenário das produções infantis e juvenis no Brasil e no do romance histórico latino-americano do pós-<i>boom</i>, que abandona os experimentalismos e desconstrucionismos da fase do <i>boom</i> para implementar a fase crítica/mediadora.	do século XX e início do século XXI, cujas técnicas escriturais e os recursos narrativos tendem à criticidade que leva à desconstrução tanto do discurso histórico tradicional quanto das imagens heroizadas das personagens de extração histórica inseridas na tessitura escritural. São obras que privilegiam a ironia, a carnavalização, a paródia, a dialogia, as intertextualidades, a heteroglossia, o emprego de recursos metaficcionais, uma manipulação temporal mais anacrônica. Tais obras, chegam a se aproximar, em muitos casos, das tendências desconstrucionistas dos novos romances históricos do âmbito da produção romanesca híbrida para o público adulto.
VIGÊNCIA DAS MODALIDADES		
Desde os anos de 1940/1950 – com as obras <i>A cidade do ouro</i> (1940), de Belmonte; <i>O gigante de botas e Coração de onça</i>, de Ofélia e Narbal Fontes. As divergências ideológicas iniciais com essa modalidade ocorrem com a publicação das primeiras obras críticas mediadoras: <i>A aldeia sagrada</i> (1953), de Francisco Marins; <i>O Degredado</i> (1964), de Alves Borges; e <i>Cabanos: novela histórica</i> (1969), de Carlos Arruda. Essa modalidade segue em produção nas primeiras décadas do século XXI.	Desde 1953 – com a fase de transição da acriticidade às escritas híbridas críticas/mediadoras – com a obra <i>A aldeia sagrada</i> (1953), de Francisco Marins – até os dias atuais, sendo que a última obra por nós listada é <i>O tesouro da independência</i>, escrita por Luis Eduardo Matta, de 2022.	Tendência que se tem manifestado com mais vigor no século XXI. Tem incidido, até o momento, mais sobre a temática da independência do Brasil e sobre a configuração ficcional da personagem Dom Pedro I. São exemplares: <i>Independência ou Morte!</i> (2006), de Juliana de Faria; <i>As cartas de Antônio</i> (2019), de Luis E. de Castro Neves, <i>Os sete da independência</i>

		(2021), de Gustavo Penna; <i>Memórias do burro da independência</i> (2021), de Marcelo Duarte.
--	--	--

Fonte: Elaborado por Santos e Fleck (2025, p. 254-257)

A partir do quadro proposto por Santos e Fleck (2025), é possível compreender que narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis vêm se estabelecendo no Brasil desde 1940 e seguem até os dias hodiernos. Além disso, os pesquisadores apontam para a existência de três modalidades dessas narrativas: *tradicional-acrítica* – aquelas que têm como intenção escritural enaltecer e heroificar os colonizadores e seus descendentes –; *crítica-mediadora* – que objetiva ampliar o horizonte de expectativa dos leitores a partir de vozes marginalizadas pela historiografia oficializada –; e *crítica com tendência à desconstrução* – a qual visa reler as imagens sacralizadas do passado e seus agentes de modo desconstrutivo, por meio de técnicas escriturais mais críticas – como a paródia, a carnavalização⁵, a ironia, a dialogia, entre outras – e propor reflexões críticas sobre o passado colonialista e seus agentes exaltados e heroificados pela retórica colonialista.

São as produções críticas/mediadoras que predominam no cenário infantil e juvenil de nossa literatura. Projetos estéticos literários decoloniais críticos/mediadores diferenciam-se dos críticos/desconstrucionistas porque

[...] abandonam as superestruturas multiperspectivistas, as sobreposições temporais anacrônicas, os desconstrucionismos altamente paródicos e carnavalizados das releituras ficcionais anteriores. Elas adotam uma linearidade narrativa singela, com algumas analepses ou prolepses e um discurso crítico sobre o passado que privilegia uma linguagem próxima daquela do cotidiana do leitor atual (Fleck, 2017, p. 64).

⁵ “A carnavalização é a forma artística que transpomos da cultura cômica popular para a literatura, marcada pela suspensão das hierarquias, pelo riso ambivalente, pela profanação e pela livre familiaridade entre os homens” (Bakhtin, 2013, p. 132).

São essas as características que potencializam essas obras na formação leitora inicial, seja no âmbito adulto, infantil ou juvenil. Com base nisso, entendemos que, para formar um leitor decolonial, é importante que os docentes e demais pesquisadores conheçam essas modalidades escriturais para poder mediar as leituras que se voltam às narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras no espaço da sala de aula. Ademais, segundo nos esclarece Fleck (2023, p. 23-24),

[...] não se forma um leitor decolonial, um sujeito ciente de seu passado colonialista, por meio de estratégias de silenciamento, de ocultação e de romantização de nosso passado, como ocorre nos discursos canônicos, oficializados. O leitor decolonial precisa se defrontar com a essência do colonialismo, sem ser “poupado” da realidade, sem ser ludibriado por enunciados científicos, literários ou didáticos que tratam os sujeitos leitores como incapazes de processar os significados, as causas e as consequências desse período histórico para a contemporaneidade.

Seguindo a compreensão do autor, verifica-se que para ser um leitor decolonial é necessário que este tenha contato com narrativas que extrapolem o convencional, que rompam com o discurso cristalizado pela historiografia oficializada. Segundo Peixoto e Figueiredo (2018, p. 152), “faz-se sujeito decolonial quem é capaz de tomar esse poder para biografar-se e nomear a si e ao mundo em sentido oposto à nomeação do dominador [...]. Tomando a palavra exercem um contrapoder”. Acrescenta-se a isso o fato de que “eles partem do lugar destinado ao colonizado e se insurgem, e fazem isso em consonância com outras experiências em curso na América Latina e no mundo” (Peixoto; Figueiredo, 2018, p. 152).

A pesquisa de Santos e Fleck (2025), entre outros aspectos relevantes, evidencia que foi na década de 1950 que a escrita da literatura infantil e juvenil brasileira começou a dar os primeiros passos rumo a um giro decolonial (Mignolo, 2007)⁶ e que, a partir da década de 1980, esses projetos estéticos literários decoloniais tornaram-se recorrentes na

⁶ De acordo com Mignolo (2007, p. 29-30), o giro decolonial consiste na “[...] apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder) [Nossa tradução: [...] abertura e na liberdade do pensamento e de formas de vida-otras (economias-otras, teorias políticas-otras); a limpeza da colonialidade do ser e do saber; o desprendimento da retórica da modernidade e de seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento decolonial tem como razão de ser e objetivo a decolonialidade do poder (em outras palavras, da matriz colonial de poder)].

escrita para jovens leitores em formação no Brasil. Tais obras precisam, agora, chegar ao espaço da sala de aula das escolas públicas brasileiras para, ali, operarem seu potencial de transformação. Desse modo, ao se ressignificar o passado colonial por meio de narrativas híbridas com perspectivas outras, será possível descolonizar a mente, o imaginário e a identidade do leitor em formação.

Na sequência, apresentamos a análise de duas obras desse contexto de escritas híbridas brasileiras ainda dicotomizadas: a primeira é de cunho tradicional acrítico e apologético/exaltador às ações colonizadoras e a segunda revela uma atitude escritural crítica-mediadora na qual os passos à decolonialidade tornam-se visíveis. Tais análises permitem inferir como o ensino/aprendizagem sobre a manipulação da linguagem, em especial na formação continuada dos docentes, pode contribuir para uma mediação leitora mais profícua em relação à formação de jovens leitores mais críticos e reflexivos sobre nosso passado colonial.

3 Apresentação e análise de narrativas híbridas de história e ficção juvenis brasileiras: da modalidade tradicional acrítica à crítica-mediadora

Após compreendermos a sistematização realizada por Santos e Fleck (2025), referente às narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras, e vislumbrarmos a concepção e proposição para a formação do leitor decolonial, apontada por Fleck (2023; 2024; 2025), buscamos, neste momento, promover a exposição das leituras e as análises das obras selecionadas, para demonstrarmos a dicotomia que caracteriza essa produção escritural brasileira. No primeiro momento, apresentamos a leitura da obra *O gigante de botas* ([1941] 1992), de Ofélia e Narbal Fontes, a qual possui uma tessitura escritural acrítica; essa característica torna-se explícita ao notar que a narrativa enaltece os colonizadores em detrimento da subjugação dos povos originários⁷. Na sequência, lemos *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999)⁸, de Angelo Machado, relato híbrido crítico/mediador⁹, visto que seu projeto escritural não consiste em

⁷ Além da obra em tela, apontamos outras que seguem a mesma proposição escritural (acrítica), tais como: *A Cidade do Ouro* (1940), de Belmonte; *Coração de Onça* (1951) de Ofélia e Narbal Fontes; *Caravelas do Novo Mundo* (1984), de Antonio Augusto da Costa Faria; *A Carta de Pero Vaz de Caminha: para crianças* (1999), de Toni Brandão; *A pequena carta: uma fábula do descobrimento do Brasil* (2001), de Marcílio Godoi. Tais obras estão listadas e catalogadas por Santos e Fleck (2025, p. 163-172).

⁸ A obra aqui apresentada e analisada é a 1ª edição, escrita por Angelo Machado, em 1999.

⁹ A seguir exemplificamos outras obras de cunho crítico voltados ao público infantil e juvenil: *Terra à vista: descobrimento ou invasão* (1992) de Benedito Preziosi; *Pedro Álvares Cabral, diário de bordo* (1999),

desconstruir o passado, mas, sim, preencher as lacunas deixadas pela historiografia tradicional.

3.1 O gigante de botas ([1941] 1992), de Ofélia e Narbal Fontes: a subjugação dos povos originários e a heroificação dos bandeirantes

Na obra *O gigante de botas* ([1941] 1992), de Ofélia e Narbal Fontes – uma entre as obras inaugurais das narrativas híbridas juvenis brasileiras –, a tessitura narrativa expõe uma diegese que está ambientada em 1722, quando, historicamente, ocorreram as ações de “conquista” e de exploração do território brasileiro e os embates entre os colonizadores portugueses e os habitantes nativos do território. O espaço ficcional, a princípio, é Parnaíba – uma povoação próxima a São Paulo, que se estende aos sertões de Goiás, onde as personagens transitam em busca de minas de ouro. As personagens, incluindo as protagonistas, são de extração histórica¹⁰. Isso é possível constatar por meio da obra *Os primeiros anos de Goyas* (1722-1748), do historiador Affonso d'Escagnolle Taunay. Em um trecho da obra, o autor apresenta que

Os capitães Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, moradores em Parnayba, dizia o monarca, lhe haviam representado que pelas notícias adquiridas com as entradas feitas pelos centros da América se lhes fazia certo nela haver minas de ouro, prata e pedras preciosas, cujo descobrimento se não intentara ainda pela distância de tais terras, aspereza dos caminhos e a presença de índios bárbaros nelas aldeiados, selvagens que primeiro se haveriam de conquistar para se poder descobrir tais riquezas (Taunay, 1950, p. 16).

Essas personagens históricas são renarrativizadas pela ficção, contendo, essencialmente, as mesmas caracterizações do discurso precedente. Dentre elas, destacam-se o bandeirante João Leite da Silva Ortiz, Bartolomeu Bueno da Silva, Isabel

de Elzi Nascimento e Elzita Melo Quinta; *O Sítio no Descobrimento: a turma do Pica-Pau Amarelo na expedição de Pedro Álvares Cabral* (2000), de Luciana Sandroni; *Barriga e Minhoca, marinheiros de Cabral* (2002), de Atílio Bari; *Os estrangeiros* (2012), de Marconi Leal; *A Descoberta do Novo Mundo* (2013), de Mary Del Priore, dentre outros. Essas obras também constam na catalogação de Santos e Fleck (2025, p. 163-172).

¹⁰ Com relação à classificação das personagens em obras híbridas de história e ficção, Fleck (2017) aponta para três tipologias distintas: as personagens puramente ficcionais, as de extração histórica e as personagens metonímicas que, embora sejam ficcionais, representam um contingente de sujeitos que participaram dos eventos históricos. A expansão desse aspecto teórico sobre as narrativas híbridas está contemplada na tese de Douglas Rafael Facchinello, intitulada *Ressignificação do Brasil Império pela ficção infantil e juvenil brasileira: as imagens de Dom Pedro I – entre a tradição e a criticidade, a desconstrução* (2025). Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7904>. Acesso em: 22 jan. 2026.

Bueno da Silva, dentre outras personalidades que atuaram nas chamadas “bandeiras”¹¹. Além disso, as vivências dessas personagens na colonização e na conquista do território brasileiro constituem o eixo narrativo único do relato híbrido de história e ficção idealizado por Ofélia e Narbal Fontes.

Em suma, o relato híbrido presente na obra *O gigante de botas* (1992), de Ofélia e Narbal Fontes, conta a história do Capitão João Leite da Silva Ortiz que, em 1722, com sua bandeira, rumo ao sertão de Goiás em busca de pedras preciosas, ouro e prata. Nesse percurso, o capitão Ortiz, acompanhado de outros nove cavaleiros e de um razoável contingente de africanos escravizados e “bugres”, enfrenta várias adversidades, dentre elas duas se destacam: o motim instigado e arquitetado por um dos cavaleiros, Nuno Ramires, e seus aliados, contra a bandeira de Ortiz, e o confronto entre os bandeirantes e a tribo caiapós, do qual resultaram muitas mortes, em especial, dos nativos em oposição a Ortiz.

Ao fim das ações narradas, no ano de 1725, após encontrarem uma mina de ouro, a bandeira de Ortiz retorna a Parnaíba – mesmo desfalcada com a morte de alguns sujeitos escravizados e de cavaleiros, bem como com a fuga de alguns nativos cativos – é aclamada pela população que a aguarda, em especial, as mulheres, que esperavam ansiosas pelo retorno de seus filhos e maridos. Isabel, como qualquer outra dessas mulheres, aguardava o retorno de seu prometido, o capitão Ortiz. Ao final, os dois ficam juntos e o capitão Ortiz é condecorado com o cargo de Guarda-mor das Minas de Vila Buena de Goiás.

Diante desse breve resgate da narrativa ficcional, constatamos que a enunciação discursiva se dá por meio de um narrador em nível extradiegético¹², que se manifesta em

¹¹ As bandeiras, segundo comenta Fausto (2000, p. 94), eram “expedições que reuniam às vezes milhares de índios lançavam-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos”. Ademais, “as bandeiras tomaram direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis”.

¹² Com relação a taxionomia referente aos elementos da narrativa, priorizamos a abordagem feita por Gérard Genette (2017) que, em relação ao foco narrativo, estabelece **três níveis**: o **extradiegtico** (quando o narrador não participa como personagem das ações narradas), **intradiegético** (quando o relato é feito por uma personagem das ações narradas) e **metadiegtico** (quando há uma narração secundária de algum narrador dentro da diegese principal do relato); e referente à **voz enunciativa do discurso**, o crítico também estabelece três possibilidades: uma **voz heterodiegtica** (que enuncia desde fora do espaço diegtico, ou seja, essa voz não integra o conjunto de personagens do relato), a **voz homodiegtica** (que é a de uma personagem secundária, testemunha das ações, que narra a saga do protagonista) e a **voz**

voz heterodiegética, à semelhança do discurso historiográfico tradicional, condicionado, pelo seu método, a essa perspectiva enunciativa. A sequência das ações do relato segue a linearidade temporal cronológica, cujo avanço é estabelecido pelo transcorrer das ações históricas renarrativizadas na ficção. O relato não apresenta, portanto, manipulações temporais significativas, como analepses, prolepses, sobreposições temporais, tempo circular, psicológico, alinhando-se à cronologia inexorável edificada no discurso historiográfico.

Nesse sentido, constatamos, em nossa leitura, que o foco narrativo de *O gigante de botas* (1992) se volta às vivências das personagens consagradas pela história tradicional, cujas ações, modos e costumes são exaltados pelo narrador, enquanto as ações e a cultura dos povos originários e a dos negros escravizados são menosprezadas e, em várias ocasiões, expostas por meio de um tom depreciativo. Esses sujeitos, particularmente os povos indígenas, ainda são representados a partir de estereótipos reproduzidos pelo discurso ficcional dessa narrativa juvenil, reiterando imaginários de matriz colonial, que mantém aspectos discursivos de cunho eurocêntrico, os quais veem o outro como selvagem ou de forma animalizada, como, por exemplo, é enunciado nos seguintes excertos retirados da obra *O Gigante de Botas*: “Numa hora a bugrada atirou-se no rio” (Fontes, [1941] 1992, p. 28); “[...] Os bugres davam dentadas no milho cru e devoravam bananas sem sequer tirar a casca. Baltazar, vendo que era inútil exigir obediência àquela gente, voltou sozinho para anunciar à bandeira a extraordinária descoberta” (Fontes, [1941] 1992, p. 43). Nesses fragmentos é possível observar que o discurso sobre o povo nativo se constrói por meio de um tom que busca ressaltar a “selvageria”, o estado “animalesco” desse contingente aos olhos europeus, aspectos demarcados pelos signos “bugrada”, “davam dentadas”, “devoravam”, “cru”.

Além disso, na obra de Ofélia e Narbal Fontes (1992), verifica-se que o relato é construído com a intenção de exaltar o herói europeu do passado, por sua atuação na “conquista” e na dominação da terra e do povo na colônia lusitana na América, ou seja, o relato volta-se à reconsagração do colonizador e suas ações já devidamente louvadas na historiografia tradicional. Reedifica-se, na ficção juvenil, a imagem dos “desbravadores”, dos “fundadores”, dos “civilizadores” do território brasileiro, bem ao estilo do discurso

autodiegética (que se refere a voz do protagonista que relata suas próprias ações como herói dos eventos relatados).

exaltador colonialista que erigiu o relato do passado de nossa sociedade a partir do olhar dos colonizadores e seus descendentes.

Isso se evidencia ao longo da diegese como podemos constatar nos seguintes fragmentos: “[...] Belinha acendia um círio no altar da Senhora da Boa Viagem e, em companhia das irmãs, rezava chorando, pela sorte de seu pai, de seus irmãos, de seu noivo, de todos aqueles heróis perdidos nos confins sertanejos” (Fontes, [1941] 1992, p. 41); “[...] Recomeçou a jornada heroica em demanda da taba gois” (Fontes, [1941] 1992, p. 51); “[...] Em meio aquele bando heroico, mulheres procuravam, aflitas, os maridos, os filhos, os irmãos.” (Fontes, [1941] 1992, p. 74). Nesses trechos que demarcam os enfrentamentos entre os colonizadores e os habitantes originários do território, as palavras “heróis” e “heroico” estão direcionadas aos bandeirantes, os quais a história tradicional consagrou como homens nobres, desbravadores e valentes.

No entanto, segundo o historiador brasileiro Boris Fausto (2000), essa imagem heroicizada do bandeirante foi construída por alguns historiadores como Alfredo Ellis Jr. e Afonso Taunay, entre os anos de 1920-1950. Esse é, pois, o espaço temporal no qual se dá, também, a escrita da obra juvenil em questão. O espelhamento do discurso edificante da historiografia na narrativa híbrida de história e ficção de Ofélia e Narbal Fontes, produzida no ano de 1941, é, assim, prova do alinhamento entre a história tradicional e a ficção híbrida acrítica na intenção discursiva da criação e da exaltação de heróis nacionais “brasileiros”, uma construção discursiva centrada nos colonizadores portugueses que aqui vieram explorar terras e gentes.

A construção discursiva dessas personagens de extração histórica, heroicizadas também na ficção híbrida juvenil, ocorre exatamente como Fleck (2017) aponta que se deu na trajetória do romance histórico, no qual a modalidade primeira – a clássica scottiana – deu passo, ainda no romantismo, a outra modalidade também acrítica – o romance histórico tradicional – cujo objetivo era exaltar o passado nacional, revitalizar o sentimento nacionalista nos países europeus que acabavam de se libertar do jugo de Napoleão Bonaparte, e, no romantismo latino-americano, erigir heróis às nascentes repúblicas com base nos próprios sujeitos colonizadores.

Vemos, pois que a trajetória do romance histórico – em sua primeira fase – aproxima-se, discursivamente e estruturalmente, às produções inaugurais desse gênero híbrido, também, na literatura destinada a jovens leitores no Brasil. Ambas as produções híbridas nascem acríticas e se irmanam com o discurso historiográfico tradicional

eurocêntrico na exaltação de homens do passado como modelos de sujeitos ao leitor do presente, sem questionar os meios e as consequências de suas ações, vistas como edificadoras da moral, da civilidade e do progresso. São, pois relatos ficcionais acríticos como esse reconhecido na obra de Ofélia e Narbal Fontes ([1941] 1992) que estendem a outras épocas e leitores o ideal do colonialismo que, segundo Mignolo (2017), escondem, pelo discurso de louvor ao progresso e à civilidade dos europeus na América, o seu lado mais escuro: a colonialidade.

Além do mais, Fausto (2000) pontua que os bandeirantes – exaltados na escrita inaugural da ficção juvenil híbrida brasileira –, “por uma série de condições geográficas, sociais e culturais, se distinguiram de outros grupos [...], mas o simples relato de suas façanhas mostra que eles não tinham nada a ver com a imagem de heróis civilizadores” (p. 96). Diante disso, observamos que a história tradicional optou em tornar os bandeirantes protagonistas e não permitiu que as vozes dos negros e dos autóctones emergissem de forma livre na escrita que perpetrou as imagens do passado na memória e na cultura do povo brasileiro.

A ficção juvenil brasileira híbrida de história e ficção, em sua fase de instauração, ao corroborar essas imagens procedentes do discurso historiográfico tradicional e colonialista, defensor da ideologia da civilidade/modernidade (Mignolo, 2017), erige-se como pilar discursivo que replica essas configurações exaltadoras do colonizador europeu e de suas atuações no território da colônia lusitana na América. Isso nos possibilita estabelecer o paralelo dessa fase inicial da trajetória diacrônica das escritas híbridas de história e ficção no âmbito infantil e juvenil brasileiro com a primeira fase do romance histórico estabelecida por Fleck (2017), mais especificamente com a segunda modalidade acrítica do gênero – o romance histórico tradicional – já que Fernández Prieto (2003, p. 150) aponta que “[...] las novelas históricas que continúan el trayecto iniciado por Scott mantienen el respecto a los datos de las versiones historiográficas en que se basan, la verosimilitud en la configuración de la diégesis, y la intención de enseñar historia al lector¹³”. Tal procedimento parece, também, ter sido adotado por Ofélia e Narbal Fontes ([1941] 1992) ao escreverem o relato de *O gigante de botas*.

¹³ Nossa tradução: Os romances históricos que continuam o trajeto iniciado por Scott mantêm o respeito aos dados das versões historiográficas em que se baseiam, a verossimilhança na configuração da diegese e a intenção de ensinar história ao leitor (Fernández Prieto, 2003, p. 150).

Na obra de Fontes ([1941] 1992), é possível verificar que as ações do relato seguem a linearidade cronológica dos eventos históricos. Assim, a estruturação dos fatos relatados é marcada pela progressão cronológica das ações históricas. Essa é mais uma característica do romance histórico tradicional, apontada por Fleck (2017), que se empregou, também, na obra inaugural das escritas híbridas de história e ficção juvenis no Brasil.

Em suma, a obra *O gigante de botas* ([1941] 1992) apresenta-se como uma narrativa híbrida de história e ficção acrítica, visto que, no percurso da tessitura narrativa, identificamos, como objetivo central da obra, a intenção de ensinar a versão hegemônica do passado ao leitor. Vale lembrar que, na década de 1940, com a proibição da literatura de Lobato nos colégios religiosos, “surge um tipo de literatura para crianças e jovens que procura eliminar, de sua gramática narrativa, ‘as irrealidades’” (Coelho, 2010, p. 272), ou seja, a criação de narrativas que visassem contestar, refletir ou ressignificar o passado eram – como os contos fantásticos e maravilhosos – renegados pela comunidade política de educação, não tendo, nesse contexto inaugural do gênero para o público infantil e juvenil, um ambiente propício para se desenvolver. Essa vertente acrítica, contudo, sofreria enfrentamentos por outras atitudes escriturais nas décadas seguintes, como veremos na sequência deste texto.

3.2 Os fugitivos da esquadra de Cabral (1999), de Angelo Machado: o encontro entre povos, culturas e concepções de vida

Na outra vertente de escrita híbrida juvenil brasileira – a crítica/mediadora – temos a obra *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999), de Angelo Machado. Sua tessitura narrativa se encontra no tempo decorrido entre 1500 e 1550, períodos históricos que vão desde a saída dos colonizadores de Portugal até o encontro com os nativos brasileiros em 1500 até o reencontro dos nativos com os portugueses em terras europeias.

Nessa obra, por meio de um narrador heterodiegético e sob uma perspectiva extradiegética, é relatado, a um narratário interpelado, o percurso de dois meninos portugueses. Esses são mencionados na *Carta* de Caminha, sem, contudo, serem nomeados ou descritos. Desse modo, entendemos que essas personagens são de extração histórica, pois o documento de Caminha atesta que eles existiram. Esses meninos, na ficção, se tornam Leonardo e Bartolomeu – personagens minimizados nas fontes documentais, mas que representam o contingente de todos os muitos grumetes que

acompanhavam as embarcações durante aquele período histórico conhecido como o das grandes navegações. Assim, esses dois meninos (inominados na fonte histórica) integravam a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, a qual resultou no “descobrimento” do Brasil. Durante o trajeto, de acordo com o relato ficcional, esses meninos vão vivenciar muitas experiências, em especial ao chegarem ao seu destino, onde habitavam os povos tupiniquins e demais comunidades originárias que já povoavam o Brasil em seu início de colonização portuguesa.

Além disso, a diegese de Machado (1999) mescla essas personagens históricas/metonímicas – como os grumetes – com outros sujeitos, por exemplo, o cozinheiro da embarcação, o conjunto de marujos e as personagens nativas que, do ponto de vista da representação, também poderiam ser consideradas personagens metonímicas, já que se referem a um contingente inominado nas escritas oficiais. Essas convivem, no relato ficcional, com as personagens de extração histórica como Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, Gonçalo Coelho, Américo Vespúcio, Diogo Dias, Vasco da Gama, entre inúmeros outros. Desse modo, o autor possibilita ao leitor em formação uma leitura que extrapola a narrativa presente no documento oficial – a *Carta de Achamento* (1500) –, potencializando novas reflexões sobre o encontro entre os navegadores portugueses e os povos originários do Brasil.

Também, na obra de Angelo Machado, narra-se o relato de experiências feitas por dois meninos, Leonardo e Bartolomeu – dois grumetes que vieram com a esquadra de Cabral. Na diegese, eles fugiram das embarcações durante a noite por medo de serem mortos por um grupo de conspiradores a bordo. Essas personagens viveram uma série de ações de emoção, de aprendizado e de aventura junto com os autóctones tupiniquins com os quais se depararam na nova terra. Diante disso, entendemos que a escolha dos protagonistas indica o ajuste do relato ao público leitor que ele se dirige – jovens entre 12 e 14 anos – provável idade das personagens figuradas por Machado (1999). Na *Carta de Achamento*, Caminha menciona a presença desses dois grumetes na esquadra de Cabral na seguinte passagem:

Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui nossa partida (Caminha, 2019, p. 48).

Nos registros feitos na *Carta*, os dois grumetes são postos como seres sem nomes, sem características físicas ou psicológicas, sem história. Eram apenas grumetes, serviçais, subalternos que cuidavam da limpeza das embarcações.

Eles são, pois, exemplos de sujeitos marginalizados dentro do sistema social e cultural dos colonizadores que aqui aportaram em 1500. Esses grumetes, assim como os degredados¹⁴ anônimos que integravam a frota são uma parcela significativa daqueles que, de fato, estabeleceram as condições de relações entre os povos originários das terras americanas e os europeus que as dominaram e exploraram ao longo de séculos.

A história tradicional, no entanto, não se dignou a figurá-los, individualizá-los ou mesmo mencionar suas ações singularmente relevantes ao processo de colonização. Nesse contexto só se sobressai o degredado Cosme Pessoa Fernandes¹⁵, ou Barão de Cananéia, por ser inevitável sua menção nos registros oficializados devido à dimensão de seus feitos entre os nativos e na sua relação com os colonizadores portugueses na sequência de seu degredo.

Já na obra de Angelo Machado (1999), esses dois grumetes ganham nome, personalidade e protagonismo. Deixam de ser anônimos serviçais e passam a ser sujeitos. Isto é, as personagens periféricas ganham voz enunciativa e o foco narrativo muda de posição, deixa de estar centrado sobre o desbravador Pedro Álvares Cabral e passa a incidir sobre dois meninos. Eles, além de se tornarem protagonistas do relato – reivindicando seu lugar na história –, também aproximam o leitor às vivências, aos costumes, às tradições e à visão de mundo das tribos indígenas tupiniquins e tupinambás, com as quais eles tiveram contato.

A obra possibilita uma versão sobre a registrada fuga dos dois grumetes, que na ficção, foram obrigados a abandonar as embarcações ao serem descobertos, ouvindo uma trama de alguns marinheiros que resultaria na morte de Pedro Álvares Cabral e na tomada da frota por esse grupo de traidores, conforme relata o narrador:

¹⁴ Desterrados de sua pátria por não se ajustarem aos padrões morais e cristãos requeridos pela sociedade, ou mesmo por ela injustiçados.

¹⁵ Segundo Bueno (2006, p. 128), Cosme Pessoa Fernandes “se tornou o primeiro e um dos maiores traficantes de escravos do sul do Brasil – capaz de negociar cerca de mil cativos por vez. Foi o Bacharel quem inaugurou, em grande escala, a prática que se tornaria a principal atividade dos futuros colonos de São Vicente e a primeira fonte de renda da cidade de São Paulo: a escravização dos índios Carijó. As vantagens e o poder que obtinha com o tráfico eram tão evidentes que ele jamais parece ter aventado a possibilidade de retornar a Portugal”.

[...] Quando a esquadra chegar perto de Calicute, vai aparecer um barco de pesca com uma bandeira chinesa pedindo água em árabe. É o sinal para, naquela noite, os degredados de bordo matarem todos os oficiais. De madrugada a esquadra do Samorim atacará. Nós ouvimos tudo escondido atrás das cordas. Eles nos descobriram e tentaram nos matar. Estamos fugindo e vamos nos esconder na mata. Seus fiéis grumetes, Leonardo e Bartolomeu (Machado, 1999, p. 46).

Ao empreender essa fuga, eles são, conforme está registrado na *Carta* (1500) de Caminha, abandonados – perdidos nas novas terras – quando a frota decide, finalmente, seguir o rumo a que estava destinada: alcançar Calicute na Índia. Essa urdidura da diegese cria todos os vínculos possíveis com a verossimilhança, já que esse fato está registrado no documento que informa ao próprio rei de Portugal, o caso dos grumetes deixados nas terras recém-abordadas pelos portugueses, como já vimos no fragmento da *Carta* que anuncia ao monarca português que esses meninos/grumetes, ao não regressarem às embarcações, seriam deixados, junto aos degredados, na nova terra, assim que a frota tomasse seu percurso original a Calicute.

Assim, ao analisarmos os discursos historiográfico e ficcional, compreendemos que essas narrativas vão de encontro uma à outra. Nessa colisão de enunciados, verificamos que a releitura promovida pela ficção proporciona a seus leitores a possibilidade de refletirem sobre aquilo já posto como factual. Ainda, na comparação de tais trechos, constatamos duas características da modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação, sendo elas: a releitura crítica do passado e a narrativa linear do evento histórico recriado.

Também, no processo da narrativa ficcional de Machado (1999), os meninos portugueses encontram-se com dois meninos nativos e acabam por conhecer toda uma tribo Tupiniquim, a qual é repleta, ao contrário do que pensava Caminha, de organização, saberes, crenças, culturas e tradições, conforme expressa o narrador:

[...] com o tempo os dois portugueses foram se adaptando à nova vida e assimilando os hábitos dos índios. Com a ajuda de Kaori e Caaoby, aprenderam a usar arco e flecha, fazer armadilhas para capturar caça e pesca, escolher penas de aves para as flechas, encontrar águas em cipós, tirar palmitos das palmeiras, distinguir as abelhas de mel bom das de mel ruim e até reconhecer umas plantas medicinais [...] (Machado, 1999, p. 63).

É possível observar, nesse fragmento, que os autóctones possuíam inúmeros conhecimentos, dos quais eles necessitavam para sobrevivência, e os grumetes portugueses, a partir da convivência com eles, aprenderam sobre a cultura dos povos originários de nossas terras, assim como nossos estudantes também podem aprender, pela leitura de relatos híbridos críticos, em um processo de formação leitora literária decolonial. Contudo, na historiografia, Pero Vaz de Caminha, ao relatar sua vivência na expedição de “descobrimento”, optou por priorizar aspectos físicos e religiosos dos nativos, comentado ao rei sobre a nudez e a falta de uma aparente fé neles vistas.

Nesse sentido, quando o colonizador imprime esse olhar sobre os habitantes originários, ele também ignora, intencionalmente, todo o processo histórico desses sujeitos. Ao afirmar que os nativos não possuem crença, o colonizador busca legitimar a necessidade de os converter à fé católica. O discurso do colonizador europeu é ainda mais incisivo quando ele enuncia:

[...] E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram (Caminha, 2019, p. 47).

Ao nos encontrarmos com esse discurso consagrado pela historiografia tradicional, deparamo-nos com a elaboração de uma retórica colonialista que revela, claramente, a pretensão da supremacia da fé europeia e da subjugação dos povos indígenas, como expressa Sant’Anna (2025, p. 120), ao mencionar que

São essas motivações messiânicas, compartilhadas pelos sujeitos ibéricos do final do século XV e início do XVI, estruturadas em forma de um articulado discurso que exaltava também a modernidade e a civilidade europeias como condições que lhes outorgavam o direito e o poder de subjugar as comunidades com as quais travavam contato nas suas expedições colonizadoras, que se revelam na tessitura escritural de Pero Vaz de Caminha. Foram elas que possibilitaram ao escrivão a redação de uma carta ao seu rei na qual se sentia confiante para o aconselhar a tomar o caminho da evangelização do povo encontrado [...].

Foi também com base nessa retórica do salvacionismo que a colonização europeia justificou seus atos de invasão, exploração e subjugação, e, assim, a dominação

portuguesa em território dos autóctones das terras brasileiras consistiu, entre outras ações, na

*[...] imposición del cristianismo con el fin de convertir los llamados salvajes y bárbaros en el siglo XVI, seguido de una imposición del “deber del hombre blanco” y la “misión civilizadora” en los siglos XVIII y XIX, la imposición del “proyecto desarrollista” en el siglo XX [...]*¹⁶ (Grosfoguel, 2006, p. 38).

Entretanto, o discurso enunciado pela narrativa ficcional de Machado (1999) permite-nos questionar as narrativas hegemônicas oficializadas. No fragmento abaixo, vemos um bom exemplo disso no relato híbrido, em discurso direto, entre as personagens:

[...] – O que é batismo?
 – Batismo é um sacramento. Pelo batismo você entrará para nossa religião católica e passará a receber a proteção de Deus.
 – Mas eu já tenho proteção de dois deuses, Monan e Maíra.
 – Leonardo ficou sem saber o que responder [...] (Machado, 1999, p. 121).

Quando a personagem adolescente nativa Merena dialoga com seu amigo/amor Leonardo – um dos meninos europeus –, é visível que, embora ambos possuíssem suas próprias fés, elas eram diferentes. Diante disso, o leitor literário é capaz de refletir sobre as narrativas historiográficas difundidas, especialmente, pelas escolas, e, com isso, ampliar seus horizontes de expectativas, caminhando, assim, rumo a se tornar um leitor decolonial, dotado de saberes outros sobre o passado que constituiu nossa sociedade a partir do processo de colonização e, gradativamente, encaminhando-se, também, à descolonização de sua mente, de sua identidade e de todo o seu imaginário povoado, quase que exclusivamente, de simbologias judaico-cristãs. Isso pode levá-lo ao cultivo de relações sociais que respeitem as diferenças e as peculiaridades culturais que integram as nações híbridas latino-americanas, exercitando a empatia.

Ainda, esse olhar dos protagonistas juvenis europeus para a cultura vivenciada pelos seus novos amigos das terras recém-abordadas pelos portugueses impregna a obra de Machado (1999) de um teor de criticidade para o qual os jovens leitores, seguramente,

¹⁶ Nossa tradução: A imposição do cristianismo, com a finalidade de converter os chamados selvagens e bárbaros no século XVI, seguido de uma imposição do “dever do homem branco” e da “missão civilizadora” nos séculos XVIII e XIX, a imposição do “projeto desenvolvimentista” no século XX [...] (Grosfoguel, 2006, p. 38).

serão sensibilizados. Essa perspectiva consegue evidenciar o aspecto da alteridade, de reconhecimento do outro como sujeito semelhante, de um indivíduo com uma história de vida e de cultura que, embora seja diversa e diferente daquela com a qual se está acostumado, merece respeito, aceitação e consideração.

Ainda, ao longo da diegese, os grumetes vivem uma história de aventura, na qual buscam, com seus amigos autóctones, encontrar pedras preciosas, como diamantes e esmeraldas. Nesse intento, os meninos portugueses (Bartolomeu e Leonardo) tinham como objetivo encontrar tais pedras para se tornarem ricos, já as personagens nativas (Kaori, Caaoby) queriam encontrar as esmeraldas, pois seu povo acreditava que elas possuíam um poder sobrenatural que deixava as pessoas jovens por mais tempo, conforme podemos observar no fragmento da obra:

Os dois índios estavam exultantes. Se voltassem com aquelas pedras, seriam grandes heróis. Eles as distribuiriam aos guerreiros da aldeia e eles viveriam muito mais que seus inimigos tupinambás. Os dois portugueses também estavam muito alegres. Com os diamantes e as esmeraldas, ficariam milionários (Machado, 1999, p. 75).

O dialogismo que se estabelece na exposição de expectativas tanto da cultura autóctones quanto a europeia/estrangeira nas terras brasileiras no relato de Machado (1999) produz o entrecruzamento dos opostos no espaço único do relato ficcional. Esse diálogo, embora revele oposições fundamentais, dá-se de um modo em que ambas as culturas respeitam a visão do outro e não são obrigadas a ceder suas próprias identidades e valores. Assim, o discurso do colonizador e do colonizado encontram na ficção um espaço de coexistência sem a hierarquização apontada na escrita oficializada do escrívão Pero Vaz de Caminha, presente na *Carta de Achamento*. A dialogia e a polifonia bakhtinianas integram, assim, as estratégias escriturais de Machado (1999) e promovem olhares outros ao passado de nossa nação. Essa eleição de estratégias escriturais aproxima essa obra juvenil daquelas do âmbito do romance histórico para adultos, denominadas de romances históricos contemporâneos de mediação (Fleck, 2007; 2017).

Na passagem da narrativa híbrida acima exposta, é possível compreender que a construção valorativa dos dois grumetes é diferente daquela apresentada pelos seus amigos autóctones, sendo a narrativa híbrida o espaço comum, na qual ambas podem coexistir em respeito e compreensão. Nesse discurso, contudo, não há a predominância da valoração de um sobre o outro. O autor, nesse caso, permite que o leitor tenha acesso

a dois olhares sobre o mesmo produto de desejo e que esse é expandido a partir da sua inserção social, cultural e histórica. Isso aponta para a presença de dialogia na tessitura escritural do relato, já que, concepções díspares, entendimentos e valorações diferenciadas podem coexistir em um mesmo espaço discursivo.

Em muitos momentos, o relato das ações dos grumetes com seus novos amigos nas terras tupiniquins, em especial até o capítulo V, é construído com base nas relações intertextuais. O discurso ficcional de Machado (1999) traz elementos que demonstram a sua relação explícita com a *Carta de Achamento* (1500), de Pero Vaz de Caminha, garantindo, assim, a verossimilhança das ações imaginárias relatadas pela voz enunciativa do discurso. Para corroborar esse apontamento, vejamos o trecho a seguir:

Imediatamente o capitão Pedro Álvares Cabral convocou todos os capitães para uma reunião em sua nau. Decidiram ancorar por ali mesmo e só descer em terra no dia seguinte. No final da reunião, Cabral comunicou a todos sua decisão. Como estavam na Páscoa, o monte se chamaria monte Pascoal e a terra, Terra de Vera Cruz (Machado, 1999, p. 25).

Essa retomada do discurso da *Carta* (1550) de Caminha na narrativa híbrida de história e ficção juvenil de Machado (1999) – que se constitui em uma intertextualidade remissiva –, na ocasião de sua primeira enunciação lê-se:

Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz (Caminha, 2019, p. 7).

Esse recorte da obra demonstra que o autor buscou aproximar-se do discurso historiográfico ao inserir seus dados no relato ficcional a fim de estabelecer a verossimilhança. O uso criativo e livre de dados da *Carta de Achamento* (1500) na tessitura ficcional, visto que o documento histórico apresenta as mesmas informações do relato das protagonistas, evidencia, também, uma escrita paródica que, nessa constituição ideológica, lança possibilidade de releitura desse hipotexto a partir de visões dos fatos centradas em olhares que, no documento oficial, foram colocados à margem, mas, no texto paródico, constituem as perspectivas sob as quais os acontecimentos são ressignificados na ficção. Esse uso livre e criativo do material histórico na ficção,

realizado por Machado (1999), busca-se promover uma releitura crítica da escrita anterior pela paródia, como defendem Hutcheon (1991) e Klock (2021). Nesse sentido,

[...] a estratégia de retomada da escrita anterior instaurada pela paródia, entendida como transformação da dimensão semântica do texto recuperado pelo hipertexto, não é limitada à simples remição ou citação. Pela interação com o texto parodiado, instaura-se uma reinterpretação desse texto primeiro [...] (Klock, 2021, p. 101).

Essa retomada paródica crítica do hipotexto da *Carta de Achamento*, de Caminha, na obra de Machado (1999), conforme defende Fleck (2009, p. 86) “[...] pode inverter padrões, desestabilizar, distorcer, ridicularizar ou simplesmente dar aos textos primeiros uma nova e surpreendente versão, efeito alcançado pela cuidadosa seleção dos signos linguísticos e pela dimensão simbólica das palavras”. Tais ações são as que levam à ressignificação do passado construída na literatura pela manipulação intencional da linguagem.

Ao cotejarmos esse trecho da *Carta de Caminha* com o fragmento da obra de Machado, é possível constatar que o autor utilizou, como recursos de escrita, a intertextualidade, possibilitando a verossimilhança entre a obra e o documento histórico, e a paródia, que relê, sob outras visões, os apontamentos primeiros sobre os acontecimentos narrados. Essas são duas estratégias que são inerentes às escritas da terceira fase da trajetória dos romances históricos, na modalidade contemporânea de mediação, foram, também, incorporadas às escritas híbridas infantis e juvenis de sua segunda e terceira fases.

A releitura/ressignificação crítica do passado ocorre durante todas as ações da diegese, visto que a atenção do projeto escritural decolonial se volta aos meninos portugueses e, em sequência, aos meninos nativos. O relato ficcional desenvolvido na obra busca dar voz àqueles que foram esquecidos pela narrativa histórica oficializada, ou seja, a obra muda o foco narrativo e, dessa maneira, a voz enunciativa do discurso deixa de ser unicamente a do colonizador e passa a ser enunciada desde a perspectiva da personagem periférica e da personagem colonizada. Com isso, essa construção ficcional paródica e intertextualizada possibilita ao leitor, em especial daquele literário infantil e juvenil – sempre com a mediação do docente –, refletir, indagar, questionar e preencher as lacunas deixadas pela narrativa histórica oficializada, fazendo-se, assim, gradativamente, um leitor decolonial.

Diante da exposição da obra de Machado (1999), aqui realizada, compreendemos que ela é uma narrativa híbrida de história e ficção juvenil brasileira crítica-mediadora, visto que ela não objetiva exaltar os colonizadores, como na obra *O gigante de botas* (1941), mas, sim, busca dar voz àqueles que foram silenciados pela historiografia tradicional, ou seja, a narrativa ficcional preenche lacunas deixadas pelo discurso historiográfico hegemônico por meio da configuração e da voz de personagens marginalizadas como os grumetes, Leonardo e Bartolomeu, e os nativos, Kaori, Caaoby e Merena. Isso permite ao leitor em formação que formule questionamentos e interaja criticamente sobre os discursos cristalizados sobre o passado que reuniu os portugueses e os habitantes nativos do Brasil.

Considerações Finais

Conforme exposto, as narrativas híbridas de história e ficção juvenis brasileiras podem ser acrílicas, como no caso de *O gigante de botas* (1941), de Ofélia e Narbal Fontes, ou críticas-mediadoras, como em *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999), de Angelo Machado. Sabendo dessa diversidade de projetos escriturais, é importante que os/as professores/as conheçam as teorias sobre as narrativas híbridas de história e ficção juvenis brasileiras a fim de mediar a leitura, em especial se tiverem como objetivo a formação de leitores decoloniais, ou seja, de leitores capazes de, entre outras habilidades, identificar como a linguagem é capaz de construir na mente, no imaginário e na própria identidade dos sujeitos um sentimento de colonialidade ou de decolonialidade.

Também, entende-se que para formar um sujeito leitor decolonial é preciso que suas leituras possam contrapor o discurso historiográfico tradicional, caso o contrário este leitor será cada vez mais influenciado pelos ideais colonizadores, ecoando, com isso, a soberania do colonizador frente aos colonizados, perpetuando a colonialidade do poder, do ser e do saber (Quijano, 1992) na contemporaneidade.

Além disso, a partir das análises expostas das obras de Fontes (1941) e de Machado (1999), verificamos que as representações dos povos nativos nelas expressas são opostas. Enquanto na obra *O gigante de botas* (1941) os nativos são tratados como “animais”, sem conhecimento, cultura ou tradição, a obra *Os fugitivos da esquadra de Cabral* (1999) apresenta um novo olhar sobre os povos originários, os quais eram repletos de conhecimentos e que possuíam uma maneira diferente do europeu de ver o mundo.

Com essas narrativas, o leitor pode contrapor os discursos referentes aos autóctones e formar sua própria reflexão sobre esses povos que foram silenciados pela história oficializada.

Ademais, na leitura da obra de Machado (1999), podemos observar que o autor utilizou-se de uma linguagem mais amena, mais próxima do contexto atual do leitor; e, também, valeu-se de estratégias escriturais bakhtinianas como a paródia, ao criar um hipertexto da *Carta de Achamento* (1500), da polifonia – que dá espaço de enunciação a diferentes vozes, seja a do narrador, conduzindo o relato, ou a das personagens, que expressam diferentes vias de compreensão do mundo em que existem pelos diálogos travados entre eles –, e a dialogia que – como apontamos – permite a expressão de diferentes valores, ideais, crenças discursivamente construídas em um mesmo espaço de expressão: a narrativa híbrida de história e ficção juvenil na qual se constitui a obra de Machado (1999). A recorrência à intertextualidade¹⁷ também é evidente no relato das experiências dos protagonistas em terras brasileiras. Isso faz com que a leitura seja acessível a esse público leitor e possibilita a aproximação da narrativa histórica com a narrativa ficcional.

Por fim, entendemos que as narrativas híbridas de história e ficção são importantes para a formação do leitor literário decolonial, em especial as narrativas críticas-mediadoras, as quais visam não romper com o discurso já cristalizado, mas, sim, possibilitar que novas vozes possam ecoar sobre esse discurso e preencher as lacunas deixadas por ele.

¹⁷ Essa ideia das relações de um texto com o outro foi apresentado, primeiramente, por Bakhtin, porém o conceito de intertextualidade foi difundido pelos estudos de Julia Kristeva (1974), a qual destaca que todo o texto é a absorção e transformação de outros, ou seja, todo texto é produzido a partir dos conhecimentos obtidos por meio da incorporação, pelo autor, dos discursos que o precederam, além das alusões explícitas de outras obras, a qual é uma técnica escritural muito utilizada pelos autores do novo romance histórico latino-americano.

Referências

- BERND, Z. *Escrituras híbridas: estudos em literatura comparada interamericana*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BUENO, E. *Náufragos, traficantes e degredados: As primeiras expedições ao Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- CAMINHA, P. V. de. (1495 e 1521). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019. (Coleção de bolso).
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.
- COELHO, N. N. *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo*. 5. ed. (revisada e atualizada). Barueri, São Paulo: Manole, 2010.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 2000. – (Didática 1).
- FERNÁNDEZ PIETRO, C. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. Pamplona: Ediciones de la Universidad de Navarra, 2003.
- FLECK, G. F. A conquista do ‘entre-lugar’: a trajetória do romance histórico na América. *Gragoatá* (UFF), v. 2, 2007, p. 149-167. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33183>. Acesso em: 21 nov. 2025.
- FLECK, G. F. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017.
- FLECK, G. F. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental. In: FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (Orgs.). *Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras*. Vol. I. São Carlos: Pedro & João, 2023, p. 13-61. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-brasileiras-leituras/>. Acesso em: 29 out. 2024.
- FLECK, G. F. A formação leitora na escola pública brasileira: dos desafios da Colônia aos impasses da Era Republicana. In: FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (Orgs.). *Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras: leituras*. Vol. II. São Carlos: Pedro & João, 2024a, p. 13-51. Disponível em:

<https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-brasileiras-leituras-vol-ii/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FLECK, G. F. *A formação do leitor literário decolonial: vias à descolonização das mentes, identidades e do imaginário na América Latina*. 1. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2025.

FONTES, O; FONTES N. *Gigante de botas*. 11.ed. Série Vaga-lume. São Paulo: Ática, [1941] 1988.

GENETTE, G. *Figuras III*. Tradução de Ana Alencar. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

KLOCK, A. M. *O romance histórico no contexto da nova narrativa latino-americana (1940): dos experimentalismos do boom à mediação do pós-boom – histórias da outra margem*. 2021. 331 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR.

MACHADO, A. *Os fugitivos da esquadra de Cabral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Tradução de Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, W. Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho/2017.

PEIXOTO, R.; FIGUEIREDO, K. Colonialidade do poder: conceito e situações e decolonialidade no contexto atual. In: CASTRO, E.; PINTO, R. F. (Orgs). *Decolonialidade e Sociologia na América Latina*. – Belém: NAEA: UFPA, 2018, p. 127-158.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p.11-20, 1992.

SANT'ANNA, M. de F. *O (re)descobrimento do Brasil pela ficção infantil e juvenil: ressignificações da história pela literatura na formação leitora literária decolonial*. 2025. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2025. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7838>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, V. P. *Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantil e juvenil no Brasil: as ressignificações do passado como vias de descolonização na formação leitora*. 424 f. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel-PR, 2023.

SANTOS, V. P.; FLECK, G. F. *Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis no Brasil: vias à formação leitora decolonial*. vol. I. Coleção Resignificações do passado na Literatura híbrida infantil e juvenil brasileira – Vias à formação do leitor literário decolonial. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

TAUNAY, A. d'E. *Os primeiros anos do Goyas (1722-1748)*: Separata do Tômoo Undécimo e Último da História Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950.